

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026



SME SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR-BAHIA

PROFESSOR EDUCAÇÃO
INFANTIL AO 5º ANO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Atualidades
- ▶ Legislação Específica
- ▶ Conhecimentos Pedagógicos
- ▶ Língua Portuguesa - Módulo III
- ▶ Matemática - Módulo III
- ▶ História/Geografia- Módulo III

Conteúdo Digital

- ▶ Ciências da Natureza - Módulo III



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME SALVADOR-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR - BAHIA

**PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL AO
5ºANO**

EDITAL Nº 01, DE 09/07/2026

CÓD: OP-108JL-26
7908403598656

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: Gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo)	11
2. Interpretação e organização interna	12
3. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	12
4. Processos de formação de palavras	20
5. Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos; emprego de tempos e modos dos verbos em português; Mecanismos de flexão dos nomes e verbos	21
6. Sintaxe: Frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	23
7. Concordância nominal e verbal	28
8. Transitividade e regência de nomes e verbos	29
9. Padrões gerais de colocação pronominal no português	30
10. Mecanismos de coesão textual.....	32
11. Ortografia.....	33
12. Acentuação gráfica.....	33
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	35
14. Pontuação	36
15. Estilística: Figuras de linguagem	37
16. Reescritura de frases: Substituição, deslocamento, paralelismo	38
17. Variação linguística	43
18. Norma culta	45

Raciocínio Lógico

1. Estruturas lógicas. Proposições simples e compostas. Conectivos lógicos. Equivalências e negações de proposições.....	51
2. Lógica de argumentação	56
3. Diagramas lógicos	60
4. Operações com conjuntos	61
5. Sequências lógicas e reconhecimento de padrões	63
6. Raciocínio lógico-verbal, numérico e analítico. Problemas envolvendo relações entre pessoas, objetos, lugares e eventos fictícios, com dedução de novas informações a partir das condições apresentadas	65
7. Orientação espacial e temporal	70
8. Princípios básicos de contagem	73
9. Raciocínio matemático aplicado à resolução de situações-problema envolvendo porcentagem, razão, proporção e problemas aritméticos e geométricos	76
10. Compreensão, análise e interpretação de situações que exijam a identificação de relações lógicas, a organização de informações e a formulação de conclusões válidas aplicadas ao cotidiano escolar	78

ÍNDICE

Atualidades

1. O Brasil, a Bahia, Salvador e o mundo: transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas e seus impactos na vida cotidiana e na educação. Democracia, cidadania, direitos humanos, participação social e direitos das crianças e adolescentes. Diversidade cultural, relações étnicoraciais, combate ao racismo, preconceito, discriminação e demais formas de violência. Educação para a equidade, inclusão social e cultura de paz	85
2. Desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e educação ambiental: Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	90
3. Cultura digital e sociedade da informação: tecnologias digitais, inteligência artificial, ética no uso das tecnologias e impactos das transformações digitais na educação e nas relações sociais.....	93
4. Cultura brasileira, baiana e soteropolitana: manifestações culturais, patrimônio histórico e cultural, artes, música, literatura, cinema, teatro e tradições populares. Panorama político, econômico, social, educacional, cultural e ambiental do Estado da Bahia e do Município de Salvador. Questões urbanas, ambientais, educacionais e sociais relacionadas ao contexto local e regional.....	96

Legislação Específica

1. Constituição Federal de 1988: direito à educação, princípios, garantias e competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	105
2. Organização da educação nacional: sistemas de ensino; níveis, etapas e modalidades da Educação Básica; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB): fundamentos, objetivos e financiamento da educação básica	127
3. Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014): diretrizes, metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, alfabetização, qualidade da educação, inclusão, formação docente, educação integral e gestão educacional; Gestão democrática da educação, avaliação educacional, currículo e formação dos profissionais da educação.....	127
4. Referenciais Curriculares da Secretaria Municipal da Educação de Salvador para a Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental	127
5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	128
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil	128
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos	128
8. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): fundamentos pedagógicos; competências gerais da Educação Básica; direitos de aprendizagem e desenvolvimento; alfabetização e letramento; campos de experiências da Educação Infantil; competências específicas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; organização curricular e avaliação das aprendizagens. Educação integral, currículo, interdisciplinaridade, práticas pedagógicas integradoras, diversidade e inclusão. Computação na Educação Básica: fundamentos da BNCC da Computação; pensamento computacional; cultura digital; mundo digital; tecnologias digitais aplicadas aos processos de ensino e aprendizagem	136
9. Política Nacional de Educação Digital (Lei nº 14.533/2023): inclusão digital; cidadania digital; educação midiática; uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais; desenvolvimento de competências digitais na Educação Básica.....	136
10. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990): direitos fundamentais da criança e do adolescente; direito à educação; proteção integral; medidas de proteção; responsabilidades da escola; prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes; articulação com a rede de proteção.....	139
11. Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016): princípios, diretrizes e garantias voltados ao desenvolvimento integral da criança na primeira infância	139

ÍNDICE

12. Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; democracia; cidadania; cultura de paz; diversidade; direitos humanos na educação básica; Educação das relações étnico-raciais, educação antirracista e enfrentamento ao racismo e às discriminações; Lei nº 10.639/2003, Lei nº 11.645/2008 e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva	145
13. Política Nacional de Educação Especial.....	145
14. Atendimento Educacional Especializado (AEE)	149
15. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146/2015)	149
16. Acessibilidade, desenho universal para aprendizagem (DUA), inclusão escolar e respeito à diversidade	167

Conhecimentos Pedagógicos

1. Concepções contemporâneas de infância, criança e educação. Pedagogia da infância. Educação integral e desenvolvimento humano. Relação escola-família-comunidade	179
2. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Campos de experiências na Educação Infantil. Interações e brincadeira como eixos estruturantes. Ludicidade e culturas infantis. Organização dos tempos, espaços e materiais pedagógicos	182
3. Desenvolvimento infantil: aspectos motores, cognitivos, linguísticos, afetivos, sociais e socioemocionais. Processos de aprendizagem e desenvolvimento na infância.....	186
4. Alfabetização e letramento na perspectiva sociointeracionista. Consciência fonológica. Psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro e Ana Teberosky). Oralidade, leitura, escrita e produção textual. Gêneros textuais. Práticas sociais de leitura e escrita. Formação de leitores. Literatura infantil. Multiletramentos, letramento digital e cultura digital.....	189
5. Educação matemática nos Anos Iniciais: desenvolvimento do pensamento lógico-matemático. Numeracia. Resolução de problemas e situações-problema. Educação estatística. Pensamento computacional nos Anos Iniciais e fundamentos da BNCC da Computação	193
6. Currículo, didática e avaliação: planejamento e organização do trabalho pedagógico. Currículo e interdisciplinaridade. Aprendizagem significativa. Metodologias ativas. Práticas investigativas. Projeto Político-Pedagógico. Avaliação diagnóstica, formativa e processual. Recomposição das aprendizagens e estratégias de intervenção pedagógica. Gestão da sala de aula, convivência escolar e mediação pedagógica.....	196
7. Inclusão e diversidade: educação inclusiva na perspectiva da educação especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). Transtornos do neurodesenvolvimento e estratégias pedagógicas de acompanhamento das aprendizagens	200
8. Tecnologias e cultura digital: tecnologias digitais na educação. Ambientes virtuais de aprendizagem. Práticas pedagógicas mediadas por tecnologias. Cultura digital, inovação pedagógica e uso crítico, ético e responsável das tecnologias.....	203
9. Direitos humanos, relações étnico-raciais e sustentabilidade: educação em direitos humanos, democracia e cidadania. Educação antirracista. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008. Diversidade sociocultural, identidade e contextos educacionais de Salvador e da Bahia. Sustentabilidade, educação ambiental e cultura de paz	206
10. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação. Educação, sociedade, cultura e trabalho. História da educação brasileira. Função social da escola pública	210
11. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas: pedagogia tradicional, escolanovista, construtivista, sociointeracionista, histórico-crítica e libertadora.....	212
12. Contribuições de autores e teóricos da educação, tais como Paulo Freire, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Emília Ferreiro, Henri Wallon, Dermeval Saviani, José Carlos Libâneo, Cipriano Luckesi, Maurice Tardif e Philippe Perrenoud, para a aprendizagem, o currículo, a avaliação e a formação docente	215

ÍNDICE

13. Gestão democrática da educação. Projeto Político-Pedagógico. Planejamento educacional. Currículo e organização do trabalho pedagógico	218
14. Políticas públicas educacionais: Constituição Federal de 1988 (direito à educação); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996 e suas alterações; Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014); regime de colaboração entre os entes federativos	221
15. Financiamento da educação básica: FUNDEB. Formação inicial e continuada de professores.....	224
16. Avaliação institucional e avaliação em larga escala: SAEB, IDEB, avaliações diagnósticas, monitoramento e indicadores educacionais	226

Língua Portuguesa - Módulo III

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos: Análise, compreensão e interpretação de textos verbais, não verbais, visuais e multissemióticos. Tema, ideia central, finalidade comunicativa e síntese textual. Informações explícitas e implícitas: pressupostos, subentendidos e inferências. Relações lógico-discursivas, construção de sentidos e efeitos de sentido no texto	235
2. Argumentação e organização discursiva: Tese, argumentos e contra-argumentos. Estratégias argumentativas. Operadores argumentativos e sua função no texto. Coerência argumentativa e progressão temática	235
3. Gêneros e tipologias textuais: Gêneros textuais e discursivos - características, funções sociais, suportes e contextos de circulação. Tipologias textuais: narração, descrição, dissertação, exposição, argumentação e injunção. Intertextualidade, paráfrase e paródia	239
4. Semântica e relações de sentido: Sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, polissemia e paronímia. Ambiguidade e homonímia. Denotação e conotação. Figuras de linguagem: metáfora, metonímia, ironia e outras	239
5. Coesão e coerência textual: Elementos de referenciação, substituição e sequenciação textual. Mecanismos de coesão lexical e gramatical. Progressão e articulação textual.....	239
6. Relações lógico-discursivas: Causalidade, temporalidade, conclusão, comparação, finalidade, oposição, condição, explicação e adição. Conectores e articuladores textuais.....	239
7. Variação linguística e norma-padrão: Níveis e variedades linguísticas. Norma-padrão e usos sociais da língua. Adequação linguística a diferentes contextos comunicativos.....	240
8. Oralidade e práticas discursivas Oralidade, escuta e interação comunicativa; Produção oral em diferentes gêneros; Oralidade literária	240
9. Análise linguística e gramática aplicada ao texto: Classes gramaticais e seus efeitos de sentido no texto. Flexões nominais e verbais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Crase. Colocação pronominal. Sintaxe da oração e do período. Ortografia oficial, acentuação gráfica e pontuação conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ...	245
10. Produção textual Produção de textos em diferentes gêneros. Planejamento, textualização, revisão e reescrita. Adequação discursiva e coerência textual	245
11. Alfabetização, letramento e multiletramentos: Práticas de leitura e produção textual na perspectiva da alfabetização e do letramento; Multiletramentos, letramento digital e educação midiática. Leitura e produção de textos híbridos (verbais, visuais e multimodais). Cultura digital e práticas contemporâneas de linguagem.....	249
12. Literatura infantil brasileira: Formação do leitor literário; Mediação de leitura; Oralidade literária e experiências estéticas na infância.....	256

Matemática - Módulo III

1. Números naturais: significados, usos sociais e sistema de numeração decimal. Números inteiros: significados, representação e comparação. Números racionais: significados, representações fracionária e decimal, equivalência, comparação, ordenação e localização na reta numérica. Operações com números naturais, inteiros e racionais: significados, propriedades e procedimentos de cálculo envolvendo adição, subtração, multiplicação e divisão	267
2. Porcentagem	277

ÍNDICE

3. Noções de proporcionalidade direta e inversa	279
4. Cálculo mental	280
5. Estimativa.....	287
6. Uso de estratégias de verificação e resolução de problemas	287
7. Múltiplos e divisores. Divisibilidade.....	291
8. Números primos	292
9. Álgebra e pensamento algébrico: identificação de regularidades e padrões, sequências numéricas e figurativas.....	292
10. Relações numéricas, introdução à linguagem algébrica e resolução de situações-problema	294
11. Expressões algébricas simples e equações do primeiro grau. Proporcionalidade como base do pensamento algébrico ...	297
12. Geometria: espaço, forma e localização. Descrição, interpretação e representação de deslocamentos de pessoas e objetos no espaço. Figuras geométricas planas e espaciais: características, propriedades, composição, decomposição, ampliação, redução e representações. Noções de simetria. Perímetro, área e volume e suas aplicações em situações cotidianas.....	300
13. Grandezas e medidas: procedimentos, instrumentos e sistemas de medida. Medidas de comprimento, massa, capacidade, tempo, temperatura. Conversões entre unidades de medida	311
14. Sistema monetário brasileiro	316
15. Escalas e proporcionalidade aplicadas a mapas, plantas e representações gráficas	319
16. Probabilidade e estatística (tratamento da informação): leitura, interpretação, construção e análise de tabelas, gráficos e diferentes formas de representação de dados. Média aritmética e noções de tendência central. Noções de probabilidade em experimentos aleatórios simples	322
17. Educação estatística e leitura crítica de informações	328
18. Educação financeira e consumo consciente: noções básicas de planejamento financeiro, orçamento, juros simples, descontos, organização de gastos e tomada de decisão em situações de consumo	331
19. Letramento matemático	336
20. Raciocínio lógico, argumentação e comunicação matemática	338
21. Recursos didáticos para o ensino de Matemática: jogos, materiais manipuláveis, tecnologias digitais, história da Matemática e metodologias ativas de ensino-aprendizagem. resolução de problemas, investigação matemática	347
22. Pensamento computacional aplicado à resolução de problemas matemáticos: decomposição de problemas, reconhecimento de padrões, abstração e construção de algoritmos.....	357

História/Geografia- Módulo III

1. Fundamentos da História e construção do conhecimento histórico: Fontes históricas, memória, patrimônio histórico-cultural e produção do conhecimento histórico. Noções de tempo histórico: duração, simultaneidade, anterioridade, posterioridade, permanências e transformações sociais.....	369
2. Formação da sociedade brasileira e diversidade cultural: Formação da sociedade brasileira: povos indígenas, africanos, europeus e imigrantes. História e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Educação das relações étnico-raciais. Diversidade cultural e construção da identidade brasileira	372
3. Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008.....	375
4. História do Brasil e da Bahia: Acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais da História do Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano. História da Bahia e de Salvador: formação histórica, territorialidade, patrimônio cultural, culturas afro-baianas e manifestações culturais populares.....	376
5. Povos e comunidades tradicionais e direitos humanos: Direitos humanos, democracia e participação social. Povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhas, povos do campo e demais comunidades tradicionais: modos de vida, territorialidades e relações com o espaço	382
6. Alfabetização cartográfica e representação do espaço geográfico: Construção dos conceitos de espaço geográfico, território, paisagem, lugar e região. Alfabetização cartográfica nos anos iniciais: leitura, interpretação e produção de mapas, plantas e croquis. Escalas, legendas, coordenadas geográficas e orientação espacial.....	385

ÍNDICE

7. Geografia da sociedade e da natureza: Relações sociedade-natureza. Transformações naturais e ações humanas sobre o espaço geográfico. Educação ambiental, sustentabilidade, mudanças climáticas, preservação ambiental e cidadania socioambiental.....	390
8. Geografia contemporânea e organização do espaço: Espaço brasileiro: população, diversidade regional, urbanização, industrialização, relações campo-cidade, recursos naturais e desigualdades socioespaciais. Geografia contemporânea: mobilidade urbana, segregação socioespacial, dinâmicas urbanas atuais e questões socioespaciais emergentes	394
9. Espaço mundial e globalização: Espaço mundial: globalização, divisão internacional do trabalho, fluxos migratórios, diversidade cultural e relações econômicas e socioambientais.....	398
10. Práticas de ensino de História e Geografia: Metodologias de ensino de História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Interdisciplinaridade, investigação, leitura crítica da realidade, territorialidade e formação para a cidadania.....	401

Conteúdo Digital

Ciências da Natureza - Módulo III

1. Vida, ambiente e sustentabilidade ; Biodiversidade, preservação ambiental e sustentabilidade	3
2. Ambiente e seres vivos: características gerais, classificação e agrupamentos dos seres vivos, e relações ecológicas. Ecossistemas terrestres e aquáticos. Cadeias e teias alimentares; Fluxo de energia e equilíbrio ecológico	5
3. Ar atmosférico: composição, propriedades, importância da atmosfera e impactos ambientais.....	19
4. Água: composição, propriedades, estados físicos, ciclo da água, preservação, consumo consciente e crise hídrica	21
5. Solo: composição, formação, conservação, erosão, poluição e uso sustentável	24
6. Seres vivos: características gerais, adaptações e ciclos de vida. Animais e vegetais: reprodução, respiração, alimentação e relações com o ambiente. Fotossíntese, transpiração e importância ecológica das plantas	28
7. Ser humano e saúde: conhecimentos básicos sobre o corpo humano e funcionamento integrado dos sistemas do organismo	55
8. Alimentação saudável, higiene, vacinação, prevenção de doenças e promoção da saúde	99
9. Saúde física e mental, autocuidado, educação emocional, prevenção às violências e qualidade de vida; Aspectos biológicos, afetivos, sociais e culturais da sexualidade, com ênfase no autocuidado, respeito às diferenças e compreensão da sexualidade humana	101
10. Matéria e energia: propriedades e transformações da matéria. Formas, fontes e transformações de energia	104
11. Recursos naturais, impactos ambientais e uso sustentável da energia	117
12. Resíduos e consumo sustentável: produção e descarte de resíduos, reciclagem, reaproveitamento, economia circular, logística reversa, consumo consciente e responsabilidade socioambiental	121
13. Ciência, tecnologia e sociedade: produção científica, investigação científica, observação, levantamento de hipóteses, análise de evidências e argumentação científica	125
14. Educação científica e alfabetização científica	129
15. Tecnologias e seus impactos ambientais e sociais. Relações entre ciência, tecnologia, ambiente e sociedade.....	131
16. Mudanças climáticas, educação ambiental e cidadania ecológica	134
17. Ética ambiental e sustentabilidade	137
18. Terra e Universo: movimentos da Terra e da Lua, dia e noite, fases da Lua e observação do céu.....	139

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO)

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

► Tipos textuais

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

► Gêneros textuais

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;



AMOSTRA

- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
- 4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
- Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...

MORFOLOGIA: RECONHECIMENTO, EMPREGO E SENTIDO DAS CLASSES GRAMATICAIS

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina inteligente... Roupa azul-marinho... Brincadeira de criança... Povo brasileiro...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou tarde. A mulher trabalha muito. Ele dirigia mal.
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou um ovo. Uma menina deixou a mochila no ônibus.



RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. CONECTIVOS LÓGICOS. EQUIVALÊNCIAS E NEGAÇÕES DE PROPOSIÇÕES

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: “(1ª parte): “...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem.”

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença *a* é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

AMOSTRA

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	$\neg$
Disjunção não exclusiva	ou	$\vee$
Conjunção	e	$\wedge$
Condicional	Se... então	$\rightarrow$
Bicondicional	Se e somente se	$\leftrightarrow$

► **Tabelas verdade**

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: $\wedge$ (lê-se e) e $\vee$ (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo $\wedge$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo $\vee$ entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

ATUALIDADES

O BRASIL, A BAHIA, SALVADOR E O MUNDO: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, POLÍTICAS, ECONÔMICAS, CULTURAIS, CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS IMPACTOS NA VIDA COTIDIANA E NA EDUCAÇÃO. DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. DIVERSIDADE CULTURAL, RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS, COMBATE AO RACISMO, PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E DEMAIS FORMAS DE VIOLÊNCIA. EDUCAÇÃO PARA A EQUIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E CULTURA DE PAZ

As sociedades estão em constante transformação. Mudanças na organização das famílias, nas formas de trabalho, nos hábitos de consumo, nos meios de comunicação e nas relações entre as pessoas alteram profundamente a vida cotidiana. Essas transformações não acontecem de maneira isolada: acontecimentos internacionais podem produzir consequências no Brasil, enquanto decisões nacionais influenciam diretamente a realidade da Bahia e de Salvador.

O avanço da globalização intensificou a circulação de mercadorias, informações, tecnologias, pessoas e manifestações culturais. Uma inovação desenvolvida em outro país pode rapidamente chegar às escolas, aos locais de trabalho e às residências brasileiras. Da mesma forma, crises econômicas, conflitos internacionais, mudanças climáticas e problemas sanitários podem afetar o preço dos alimentos, a geração de empregos, o transporte, a saúde pública e a educação.

Entretanto, os efeitos dessas mudanças não atingem todas as pessoas de forma igual. Grupos com maior renda, escolaridade e acesso a serviços públicos geralmente possuem melhores condições de adaptação. Em contrapartida, populações socialmente vulneráveis podem enfrentar dificuldades maiores, como desemprego, insegurança alimentar, precariedade da moradia e exclusão digital. Compreender as transformações sociais exige, portanto, observar tanto os avanços quanto as desigualdades que elas podem ampliar.

► Transformações políticas e econômicas

Democracia, decisões públicas e organização da sociedade

As transformações políticas envolvem mudanças nas instituições, nas leis, nas formas de participação social e nas relações entre o Estado e a população. Em uma sociedade democrática, decisões políticas interferem na oferta de educação, saúde, segurança, transporte, cultura, saneamento e assistência social. Por isso, a política não se limita às eleições: ela está presente em todas as escolhas coletivas que afetam a vida da população.

No Brasil, as diferenças regionais influenciam a distribuição de oportunidades e recursos. A Bahia apresenta grande importância histórica, cultural e econômica, mas também convive com desigualdades sociais e territoriais. Salvador, como capital estadual, concentra serviços, instituições, atividades econômicas e equipamentos culturais, ao mesmo tempo que apresenta contrastes entre bairros com diferentes condições de infraestrutura, renda e acesso a direitos.

No campo econômico, a modernização da produção, a expansão do setor de serviços, o crescimento do trabalho por aplicativos e a automação modificaram as relações profissionais. Algumas ocupações desapareceram ou foram reduzidas, enquanto novas atividades surgiram. Essas mudanças exigem qualificação contínua, domínio de tecnologias e capacidade de adaptação. Contudo, também podem gerar instabilidade, informalidade e ausência de proteção trabalhista.

A tabela a seguir ajuda a compreender como uma mesma transformação pode assumir características diferentes conforme a escala geográfica observada.

Escala	Exemplos de transformações	Possíveis impactos cotidianos e educacionais
Mundo	Globalização, inteligência artificial, crises econômicas e mudanças climáticas	Alteração de profissões, circulação rápida de informações e necessidade de educação ambiental e digital
Brasil	Urbanização, desigualdade social, expansão dos serviços e mudanças no mercado de trabalho	Novas demandas profissionais, desafios de inclusão e necessidade de políticas educacionais amplas
Bahia	Diversificação econômica, valorização cultural e desigualdades entre regiões	Necessidade de respeitar identidades locais e ampliar o acesso à educação e aos serviços públicos
Salvador	Crescimento urbano, turismo, economia criativa e desigualdade entre bairros	Problemas de mobilidade, acesso desigual a equipamentos públicos e valorização da cultura afro-brasileira

AMOSTRA

► Transformações culturais, científicas e tecnológicas

Cultura, identidade e circulação de informações

As transformações culturais ocorrem quando valores, costumes, linguagens e formas de expressão se modificam ou entram em contato com outras tradições. A Bahia e Salvador possuem forte presença das culturas africanas e afro-brasileiras, perceptível na música, na culinária, nas festas, nas religiosidades, nas artes e nos modos de viver. Essa riqueza cultural contribui para a formação da identidade brasileira e precisa ser reconhecida no ambiente escolar.

Ao mesmo tempo, a circulação global de conteúdos pode estimular trocas culturais, mas também favorecer a padronização de comportamentos e o enfraquecimento de tradições locais. A educação tem a função de promover o diálogo entre diferentes culturas, evitando tanto a rejeição do novo quanto a desvalorização dos saberes comunitários e ancestrais.

Ciência, tecnologia e transformação digital

O desenvolvimento científico e tecnológico trouxe avanços significativos para a medicina, a comunicação, os transportes, a produção de alimentos e o acesso ao conhecimento. A internet ampliou as possibilidades de estudo e interação, permitindo que estudantes consultem materiais, participem de aulas e desenvolvam projetos colaborativos.

Entretanto, o acesso às tecnologias permanece desigual. Nem todas as famílias possuem computadores, conexão de qualidade ou conhecimentos suficientes para utilizar recursos digitais com segurança. Essa realidade evidencia a exclusão digital, que pode aprofundar desigualdades educacionais.

Além disso, o grande volume de informações disponível exige capacidade crítica. Os estudantes precisam aprender a diferenciar fatos, opiniões, boatos e conteúdos manipulados. O uso responsável das redes sociais envolve proteção de dados pessoais, respeito às diferenças, prevenção do cyberbullying e avaliação da confiabilidade das informações.

► Impactos das transformações na educação

A escola diante dos desafios contemporâneos

A escola deve preparar os estudantes para compreender e participar de uma realidade marcada por mudanças rápidas. Isso não significa apenas ensinar o uso de tecnologias, mas desenvolver autonomia, pensamento crítico, criatividade, cooperação e responsabilidade social.

A educação precisa relacionar conteúdos escolares aos problemas concretos da comunidade. Questões como desigualdade urbana, preservação ambiental, racismo, desemprego, mobilidade, violência e acesso a serviços públicos podem ser analisadas a partir da realidade de Salvador e da Bahia, conectando conhecimentos locais a processos nacionais e globais.

Dessa maneira, a escola torna-se um espaço de leitura crítica do mundo. Ao compreender como as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais, científicas e tecnológicas afetam diferentes grupos, o estudante desenvolve condições para atuar de forma consciente, democrática e solidária na construção de uma sociedade mais justa.

DEMOCRACIA, CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

► Democracia como forma de governo e prática social

O significado da democracia

A democracia é uma forma de organização política fundamentada na soberania popular, isto é, no princípio de que o poder pertence ao povo. Esse poder pode ser exercido diretamente, por meio de consultas, assembleias e outras formas de participação, ou indiretamente, pela escolha de representantes nas eleições. Entretanto, a democracia não se resume ao voto. Ela também depende do respeito às leis, da liberdade de expressão, da pluralidade de ideias, da fiscalização do poder público e da garantia dos direitos fundamentais.

No cotidiano, a convivência democrática exige diálogo, respeito às diferenças e disposição para solucionar conflitos sem violência. Na escola, por exemplo, a democracia pode ser vivenciada quando os estudantes participam da construção de regras, apresentam opiniões, organizam grêmios estudantis, colaboram em projetos coletivos e são ouvidos nas decisões que afetam sua aprendizagem e sua convivência.

Uma sociedade democrática não elimina automaticamente as desigualdades. Por isso, é necessário que as instituições públicas criem condições para que todos possam participar, especialmente as populações historicamente excluídas. Quando determinados grupos não conseguem acessar educação, informação, transporte, saúde ou espaços de decisão, sua participação política torna-se limitada.

► Cidadania, direitos e responsabilidades

A cidadania como participação na vida coletiva

Cidadania é a condição de pertencimento a uma comunidade política na qual as pessoas possuem direitos e responsabilidades. Ser cidadão significa poder participar das decisões coletivas, exigir o cumprimento das leis, acompanhar as ações dos governantes e contribuir para a proteção do bem comum.

Os direitos de cidadania podem ser compreendidos em diferentes dimensões. Os direitos civis protegem a liberdade, a igualdade perante a lei, a integridade e a vida privada. Os direitos políticos garantem a participação nas decisões públicas. Os direitos sociais abrangem educação, saúde, moradia, trabalho, alimentação, segurança e proteção social. Os direitos culturais asseguram o acesso à cultura e o reconhecimento das diferentes identidades e tradições.

Direitos e responsabilidades não são opostos. O exercício da cidadania envolve respeitar os direitos das outras pessoas, preservar os espaços públicos, combater discriminações, participar das decisões comunitárias e agir de maneira ética. Contudo, a responsabilidade individual não substitui o dever do Estado de formular políticas públicas e garantir condições dignas de vida.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: DIREITO À EDUCAÇÃO, PRINCÍPIOS, GARANTIAS E COMPETÊNCIAS DA UNIÃO, DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

► Forma, Sistema e Fundamentos da República

Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

Princípio Federativo:

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

Princípio Republicano:

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

Princípio do Estado Democrático de Direito:

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

Princípio da Soberania Popular:

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Princípio da Separação dos Poderes:

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam os abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

► Objetivos Fundamentais da República

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

► Princípios de Direito Constitucional Internacional

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

AMOSTRA

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

► Direito à Vida

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

► Direito à Liberdade

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

► Direito à Igualdade

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

► Direito à Privacidade

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

► Direito à Honra

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

► Direito de Propriedade

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

XI - a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;(Vide Lei nº 13.105, de 2015)(Vigência)

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA, CRIANÇA E EDUCAÇÃO. PEDAGOGIA DA INFÂNCIA. EDUCAÇÃO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE

CONCEPÇÕES CONTEMPORÂNEAS DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

► A infância como construção histórica e social

A infância não constitui uma categoria natural e universal, mas uma construção histórica, social e cultural que se transforma conforme mudam as condições econômicas, políticas e simbólicas de cada sociedade. Durante séculos, a criança foi compreendida como um adulto em miniatura, desprovida de especificidades próprias, submetida a papéis produtivos precoces e a relações de subordinação que pouco reconheciam suas particularidades de desenvolvimento. A emergência da infância como fase diferenciada da vida humana está associada a transformações profundas nas estruturas familiares, no papel do Estado e na organização do trabalho, sobretudo a partir da modernidade, quando a criança passa a ser vista como sujeito em formação, merecedor de cuidado, proteção e educação específicos.

Essa mudança de perspectiva não ocorreu de modo linear nem uniforme entre diferentes grupos sociais, etnias e classes. Crianças pobres, negras, indígenas e de contextos rurais frequentemente foram excluídas dos discursos protetivos que se consolidavam para as elites urbanas, permanecendo submetidas a formas de exploração do trabalho infantil e a processos de exclusão educacional. Reconhecer essa desigualdade histórica é fundamental para compreender por que as políticas contemporâneas de educação infantil insistem tanto na equidade e na garantia universal de direitos, e não apenas na oferta genérica de vagas.

► A criança como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura

As concepções contemporâneas superam a visão da criança como receptáculo passivo de estímulos externos ou como projeto de adulto incompleto. A criança passa a ser compreendida como sujeito histórico e de direitos, que constrói sua identidade e conhecimento nas interações sociais, na linguagem, na brincadeira e nas múltiplas experiências sensoriais, expressivas, corporais e cognitivas que caracterizam esse período da vida. Essa concepção rompe com modelos adultocêntricos, que avaliam a criança apenas pelo que ela ainda não é capaz de fazer em comparação ao adulto, valorizando, ao contrário, as competências, saberes e formas próprias de comunicação que ela já possui.

A noção de protagonismo infantil

O protagonismo infantil se refere à capacidade da criança de agir intencionalmente sobre o mundo, expressar preferências, construir significados e influenciar as relações que estabelece com adultos e outras crianças. Isso não significa ausência de mediação adulta, mas reconhecimento de que a criança participa ativamente dos processos que a envolvem, opinando, escolhendo e reorganizando situações de aprendizagem propostas pelo educador. A pedagogia contemporânea entende que a escuta atenta das manifestações infantis, verbais e não verbais, é condição para práticas pedagógicas coerentes com essa concepção.

Diferentes campos do conhecimento contribuíram para essa mudança paradigmática, entre eles a sociologia da infância, a psicologia do desenvolvimento e a antropologia da criança. A sociologia da infância, por exemplo, evidencia que crianças produzem culturas próprias, denominadas culturas infantis, que não são simples reproduções do mundo adulto, mas sistemas simbólicos originais construídos coletivamente por meio de brincadeiras, jogos, rituais e linguagens específicas de cada grupo etário e contexto social.

Para compreender melhor as rupturas entre concepções tradicionais e contemporâneas de infância, é útil observar comparativamente alguns eixos que marcam essa transição.

- **Concepção tradicional:** criança vista como adulto em miniatura, incompleta e passiva
- **Concepção contemporânea:** criança vista como sujeito histórico, de direitos e produtora de cultura
- **Concepção tradicional:** aprendizagem centrada na transmissão direta de conteúdos pelo adulto
- **Concepção contemporânea:** aprendizagem construída nas interações, na brincadeira e na experiência
- **Concepção tradicional:** educação infantil voltada à preparação para etapas posteriores de escolarização
- **Concepção contemporânea:** educação infantil com finalidades próprias, vinculadas ao desenvolvimento integral

Essas oposições não devem ser lidas como compartimentos estanques, pois práticas pedagógicas reais frequentemente combinam elementos de diferentes tradições, ainda que o marco legal e teórico contemporâneo estabeleça claramente a direção que se espera da educação infantil na atualidade. A compreensão da criança como sujeito ativo exige do educador uma postura de observação constante, disponibilidade para reorganizar o planejamento a partir das respostas das crianças e valorização de manifestações espontâneas como fontes legítimas de aprendizagem.

► Implicações pedagógicas das concepções contemporâneas

Assumir a criança como sujeito histórico e de direitos implica reorganizar completamente a lógica do trabalho pedagógico. O planejamento deixa de ser prescritivo e sequencial, centrado exclusivamente em conteúdos fixados a priori, e passa a incorporar a escuta das crianças, a documentação pedagógica de seus

AMOSTRA

processos e a flexibilização de tempos e espaços. O educador assume papel de mediador, organizador de contextos ricos de aprendizagem e observador sistemático, e não apenas de transmissor de informações.

Essa reorganização também impacta a avaliação, que se torna processual e formativa, orientada a compreender os percursos individuais e coletivos de desenvolvimento, e não a classificar ou hierarquizar crianças segundo padrões de desempenho pré-estabelecidos. A concepção contemporânea de infância, portanto, não é apenas um enunciado teórico, mas uma orientação prática que atravessa todas as decisões cotidianas da instituição educativa, desde a organização do espaço físico até a forma como o adulto se dirige à criança nas situações mais simples do cotidiano.

PEDAGOGIA DA INFÂNCIA COMO CAMPO TEÓRICO E PRÁTICO

► Fundamentos e especificidade da pedagogia da infância

A pedagogia da infância constitui um campo teórico e prático que se distingue da pedagogia escolar tradicional por reconhecer especificidades próprias do desenvolvimento e da aprendizagem na primeira infância. Diferentemente de abordagens que aplicam à educação infantil lógicas curriculares e didáticas concebidas para o ensino fundamental, a pedagogia da infância parte da premissa de que crianças pequenas aprendem por meio de processos sensoriais, corporais, simbólicos e relacionais que exigem organização pedagógica própria, fundamentada na indissociabilidade entre cuidar e educar.

Essa indissociabilidade é um dos pilares mais relevantes desse campo. Cuidar e educar não são dimensões separadas ou hierarquizadas, em que o cuidado seria uma ação assistencialista e a educação uma ação intelectual mais valorizada. Ao contrário, alimentar, higienizar, acolher emocionalmente e proporcionar experiências de aprendizagem são atos simultaneamente educativos, pois cada gesto de cuidado carrega dimensões afetivas, comunicativas e formativas que constituem a criança integralmente. Um profissional que troca a fralda de um bebê, por exemplo, está também estabelecendo vínculo, comunicando-se, respeitando o corpo da criança e oferecendo modelos de interação que serão internalizados.

A superação da dicotomia entre assistência e educação

Historicamente, instituições de atendimento à infância pequena estiveram vinculadas a políticas assistenciais, voltadas sobretudo para famílias em situação de vulnerabilidade, enquanto a educação formal se reservava a crianças maiores, em instituições de caráter mais pedagógico. A consolidação da pedagogia da infância como campo específico rompeu com essa dicotomia, afirmando que toda criança, independentemente de sua condição socioeconômica, tem direito a uma educação de qualidade desde o nascimento, integrada ao cuidado, e não subordinada a ele nem dele dissociada.

► Princípios organizadores da prática pedagógica na infância

A prática pedagógica orientada pela pedagogia da infância se organiza a partir de alguns princípios centrais que orientam a ação cotidiana do educador. Entre eles, destacam-se a intencionalidade pedagógica, que exige planejamento consciente mesmo em situações aparentemente espontâneas; a documentação

pedagógica, que registra sistematicamente os processos das crianças por meio de fotografias, relatos, produções e observações; e a organização de ambientes provocadores, que convidam à exploração, à investigação e à interação.

A intencionalidade pedagógica não deve ser confundida com rigidez ou diretividade excessiva. Trata-se de um planejamento aberto, que prevê possibilidades, disponibiliza materiais e organiza tempos e espaços de modo a favorecer aprendizagens significativas, mas que permanece sensível às respostas das crianças, permitindo reorientações constantes. Esse tipo de planejamento exige do educador conhecimento profundo sobre desenvolvimento infantil, sobre os interesses do grupo específico com quem trabalha e sobre as possibilidades pedagógicas de cada material e situação oferecidos.

Para sistematizar a compreensão sobre os papéis que compõem a prática pedagógica na infância, é útil considerar comparativamente as dimensões que estruturam esse trabalho.

- **Dimensão da observação:** acompanhamento sistemático dos processos individuais e coletivos das crianças
 - **Dimensão da documentação:** registro das aprendizagens por meio de múltiplas linguagens e suportes
 - **Dimensão da organização de ambientes:** disposição intencional de espaços, materiais e tempos pedagógicos
 - **Dimensão da mediação:** intervenção sensível do adulto nas interações e conflitos entre as crianças
 - **Dimensão da avaliação formativa:** análise contínua dos percursos de desenvolvimento sem classificação comparativa
- Essas dimensões operam de modo integrado e simultâneo na rotina pedagógica, e não como etapas sucessivas de um processo linear. Um educador experiente frequentemente observa, documenta, organiza e avalia de forma entrelaçada durante uma mesma situação de aprendizagem, o que exige formação continuada robusta e tempo institucional garantido para planejamento coletivo e reflexão sobre a prática.

► A formação docente para a pedagogia da infância

A especificidade da pedagogia da infância exige formação docente que vá além do conhecimento de conteúdos disciplinares, incorporando saberes sobre desenvolvimento infantil, sobre linguagens artísticas e corporais, sobre organização de rotinas e sobre observação e documentação pedagógica. Muitos cursos de formação inicial ainda reproduzem lógicas curriculares voltadas para etapas posteriores da escolarização, o que gera lacunas na preparação de profissionais para atuar com bebês e crianças pequenas.

A formação continuada, nesse sentido, assume papel decisivo na consolidação de práticas coerentes com os princípios da pedagogia da infância, sobretudo quando organizada de forma colaborativa, com espaços institucionais de planejamento conjunto, análise de registros e discussão de casos concretos vivenciados pelos próprios educadores em sua realidade de trabalho. A qualidade da educação infantil depende diretamente da qualidade dessa formação e das condições objetivas de trabalho oferecidas às equipes pedagógicas, incluindo tempo remunerado para planejamento e estudo.

LÍNGUA PORTUGUESA - MÓDULO III

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: ANÁLISE, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS VERBAIS, NÃO VERBAIS, VISUAIS E MULTISSEMIÓTICOS. TEMA, IDEIA CENTRAL, FINALIDADE COMUNICATIVA E SÍNTESE TEXTUAL. INFORMAÇÕES EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS: PRESSUPOSTOS, SUBENTENDIDOS E INFERÊNCIAS. RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS. CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS E EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Língua Portuguesa.
Bons estudos!*

ARGUMENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DISCURSIVA: TESE, ARGUMENTOS E CONTRA-ARGUMENTOS. ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS. OPERADORES ARGUMENTATIVOS E SUA FUNÇÃO NO TEXTO. COERÊNCIA ARGUMENTATIVA E PROGRESSÃO TEMÁTICA

A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS

A argumentação é um processo discursivo que visa influenciar, convencer ou persuadir um interlocutor por meio de raciocínios e estratégias linguísticas.

Desde a Antiguidade, a retórica e a argumentação são estudadas como formas essenciais de comunicação, especialmente na filosofia, no direito e na política. No campo da linguística, a argumentação é vista como um fenômeno textual-discursivo que organiza o discurso de acordo com finalidades comunicativas específicas.

Para compreender a argumentação, é essencial conhecer seus princípios fundamentais e as estratégias discursivas mais utilizadas.

► Princípios fundamentais da argumentação

A argumentação se baseia em alguns princípios essenciais para sua estruturação e eficácia:

Persuasão e convencimento:

O objetivo central da argumentação é convencer ou persuadir um interlocutor sobre um determinado ponto de vista. Embora os dois termos sejam frequentemente usados como sinônimos, há uma distinção:

- Convencer está relacionado ao uso da lógica e da razão para demonstrar a validade de um argumento.
- Persuadir envolve um apelo mais subjetivo, baseado em emoções e valores para influenciar o receptor.

Interação discursiva:

Todo discurso argumentativo pressupõe a existência de um emissor e um receptor. O locutor organiza seu discurso prevenindo possíveis objeções do interlocutor e utilizando recursos para reforçar sua posição. A argumentação, portanto, é um fenômeno interacional e dialógico.

Construção da credibilidade (ethos, pathos e logos):

Os estudos da retórica clássica, especialmente de Aristóteles, identificaram três pilares fundamentais para a eficácia argumentativa:

- **Ethos:** credibilidade do orador. A maneira como o locutor se apresenta influencia a aceitação de seus argumentos.
- **Pathos:** apelo emocional. Explora sentimentos como medo, alegria, indignação ou empatia para persuadir.
- **Logos:** base lógica e racional. Argumentos estruturados com dados, fatos e raciocínios coerentes.

► Estratégias argumentativas

As estratégias argumentativas são recursos utilizados para construir e reforçar um ponto de vista. Entre as mais comuns, destacam-se:

Argumentação por exemplificação:

Consiste em apresentar exemplos concretos que sustentem a tese defendida. Exemplo:

A poluição dos oceanos está se agravando. Em 2021, um estudo revelou que mais de 8 milhões de toneladas de plástico são descartadas anualmente nos mares.

Argumentação por analogia:

Estabelece uma comparação entre situações semelhantes para reforçar o ponto de vista. Exemplo:

Assim como uma máquina precisa de manutenção para funcionar bem, a mente humana também precisa de estímulos constantes para manter-se ativa e criativa.

Argumentação por causa e consequência:

Demonstra a relação entre um fato e seus efeitos. Exemplo:

O uso excessivo de telas pode prejudicar o sono das crianças, pois a luz azul inibe a produção de melatonina, hormônio responsável pelo sono.

AMOSTRA

Argumentação de autoridade:

Baseia-se na citação de especialistas, pesquisas acadêmicas ou fontes reconhecidas. Exemplo:

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o sedentarismo é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares.

Refutação de argumentos contrários:

Uma estratégia eficaz é antecipar possíveis objeções do interlocutor e refutá-las. Exemplo:

Alguns defendem que a pena de morte reduz a criminalidade, mas pesquisas mostram que países que adotaram essa medida não tiveram queda significativa nos índices de violência.

A ENUNCIÇÃO E SUAS MARCAS LINGUÍSTICAS

A enunciação é um conceito fundamental nos estudos da linguística e da análise do discurso. Trata-se do ato de produzir um enunciado em um contexto específico, levando em conta os elementos que o compõem, como o locutor (quem fala), o interlocutor (para quem se fala), o tempo, o espaço e as intenções comunicativas.

Diferentemente da simples análise da frase como uma estrutura fixa, a enunciação estuda como a linguagem é utilizada em situações concretas e como os sujeitos deixam marcas de sua presença no discurso. Essas marcas linguísticas permitem identificar a relação entre o emissor, o receptor e o contexto da comunicação.

► Conceito de enunciação

A teoria da enunciação foi desenvolvida principalmente pelo linguista Émile Benveniste, que diferenciou língua (sistema de signos compartilhado por uma comunidade) e discurso (uso concreto da língua em atos de comunicação). Segundo ele:

“A linguagem só existe plenamente no ato de enunciação.”

Ou seja, a língua, por si só, é um código abstrato, mas ganha sentido quando é empregada por um sujeito em um contexto determinado.

A enunciação é, portanto, um fenômeno dinâmico, no qual um locutor organiza seu discurso, adaptando-se ao seu interlocutor e ao contexto da comunicação.

► Marcas linguísticas da enunciação

O ato de enunciar deixa vestígios no texto, que revelam a presença do locutor e suas intenções. As principais marcas linguísticas da enunciação são:

Pronomes pessoais e de tratamento:

Os pronomes indicam a posição do locutor e do interlocutor na comunicação. Exemplos:

Eu, nós → Indicam a presença explícita do locutor no discurso.

Tu, você, vocês → Marcam a interlocução direta.

“Eu acredito que precisamos mudar nossas atitudes em relação ao meio ambiente.” (Uso do pronome “eu” enfatiza o ponto de vista do locutor.)

Pronomes possessivos e demonstrativos:

Esses pronomes situam os elementos do discurso em relação ao emissor e ao receptor:

Meu, nosso → Expressam posse do locutor.

Este, esse, aquele → Indicam a posição dos referentes em relação aos participantes da comunicação.

“Essa ideia que você mencionou é interessante, mas prefiro esta aqui.” (Demonstra a relação espacial e discursiva entre locutor e interlocutor.)

Verbos no discurso direto e indireto:

A enunciação se manifesta também por meio da escolha verbal. No discurso direto, há marcas explícitas do locutor; no discurso indireto, há um deslocamento da enunciação.

▪ **Discurso direto:** Maria disse: “Vou viajar amanhã.”

▪ **Discurso indireto:** Maria disse que viajaria no dia seguinte.

No discurso indireto, há mudanças nos tempos verbais e nos pronomes, indicando um distanciamento da enunciação original.

Verbos no presente e no passado:

Os tempos verbais situam o enunciado no tempo do discurso. O presente do indicativo marca a atualidade da enunciação, enquanto o pretérito pode indicar um afastamento temporal ou discursivo.

▪ **Presente:** “Estou escrevendo um artigo sobre argumentação.” (Atividade em curso no momento da enunciação.)

▪ **Pretérito perfeito:** “Escrevi um artigo sobre argumentação.” (O fato já foi concluído.)

Modalizadores:

Os modalizadores são expressões que revelam a atitude do locutor em relação ao enunciado. Podem indicar certeza, dúvida, possibilidade, obrigação, entre outros.

▪ **Certeza:** “Com certeza, o aquecimento global é um problema grave.”

▪ **Dúvida:** “Talvez a solução seja investir em energias renováveis.”

▪ **Obrigação:** “Devemos repensar nossos hábitos de consumo.”

Os modalizadores mostram como o locutor se posiciona no discurso e orientam a interpretação do interlocutor.

Marcas de subjetividade:

A subjetividade na enunciação pode ser percebida por meio de advérbios, adjetivos e construções opinativas.

“Infelizmente, muitas pessoas ainda não se preocupam com a preservação ambiental.” (O advérbio “infelizmente” revela a opinião do locutor.)



MATEMÁTICA - MÓDULO III

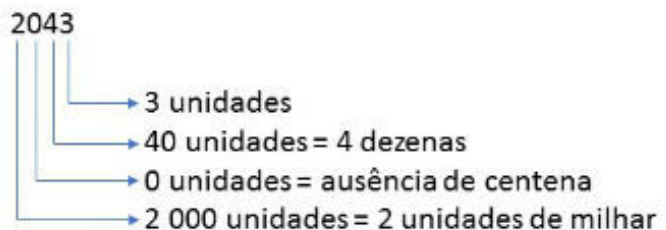
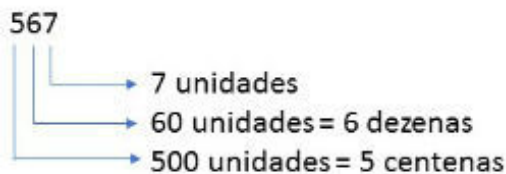
NÚMEROS NATURAIS: SIGNIFICADOS, USOS SOCIAIS E SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL. NÚMEROS INTEIROS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÃO E COMPARAÇÃO. NÚMEROS RACIONAIS: SIGNIFICADOS, REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA E DECIMAL, EQUIVALÊNCIA, COMPARAÇÃO, ORDENAÇÃO E LOCALIZAÇÃO NA RETA NUMÉRICA. OPERAÇÕES COM NÚMEROS NATURAIS, INTEIROS E RACIONAIS: SIGNIFICADOS, PROPRIEDADES E PROCEDIMENTOS DE CÁLCULO ENVOLVENDO ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

Nosso sistema de numeração é chamado de decimal pois sua contagem é feita de 10 em 10. Ou seja, sua base é 10.

- 10 unidades formam 1 dezena
 - 10 dezenas formam 1 centena;
 - 10 centenas formam 1 unidade de milhar;
 - 10 unidades de milhar formam 1 dezena de milhar;
 - 10 dezenas de milhar formam 1 centena de milhar
- E assim sucessivamente.

Exemplos:



► Leitura dos números

O sistema de numeração é constituído de uma parte inteira e outra decimal. Lemos a parte inteira, seguida da parte decimal, acompanhada das palavras:

- Décimos: quando houver uma casa decimal;
- Centésimos.....: quando houver duas casas decimais;
- Milésimos.....: quando houver três casas decimais;
- Décimos milésimos: quando houver quatro casas decimais;
- Centésimos milésimos: quando houver cinco casas decimais e, assim sucessivamente.

Exemplo: (FCC)

O número 0,0202 pode ser lido como:

- (A) duzentos e dois milésimos.
- (B) duzentos e dois décimos de milésimos.
- (C) duzentos e dois centésimos de milésimos.
- (D) duzentos e dois centésimos.
- (E) duzentos e dois décimos

AMOSTRA

Resolução:

Como temos 4 casas decimais, lemos então com décimos de milésimos,

Logo: duzentos e dois décimos de milésimos.

Resposta: B

CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ($\mathbb{N}$)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra $\mathbb{N}$ e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

► Significados e usos dos números naturais

Os números naturais são utilizados em diferentes situações do cotidiano. Eles podem representar:

- Quantidade: indicam o número de elementos de uma coleção.

Exemplo: uma turma possui 30 alunos.

- Ordem: indicam a posição de uma pessoa ou objeto em uma sequência.

Exemplo: Ana ficou em 2º lugar na competição.

- Medida: expressam resultados de medições.

Exemplo: a distância entre duas cidades é de 80 quilômetros.

- Código ou identificação: identificam pessoas, objetos, locais ou serviços, sem representar necessariamente uma quantidade.

Exemplos: número de telefone, CEP, número de residência, placa de veículo e número de matrícula.

Os números naturais também aparecem em preços, datas, horários, idades, calendários, placares, endereços, contagens e registros de informações.

É importante observar que o significado de um número depende do contexto. No endereço “Rua das Flores, número 25”, por exemplo, o número 25 funciona como identificação. Já na expressão “25 estudantes”, ele representa uma quantidade.

► Subconjuntos

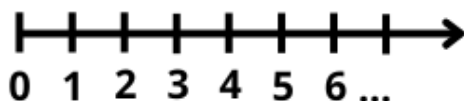
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.

- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.

- $P = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

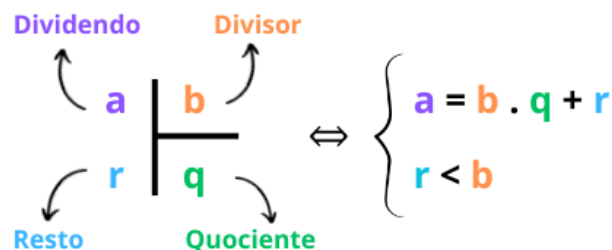
$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15$.

Podemos no lugar do “x” (vezes) utilizar o ponto “.”, para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



HISTÓRIA/GEOGRAFIA- MÓDULO III

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO: FONTES HISTÓRICAS, MEMÓRIA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO. NOÇÕES DE TEMPO HISTÓRICO: DURAÇÃO, SIMULTANEIDADE, ANTERIORIDADE, POSTERIORIDADE, PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

FUNDAMENTOS DA HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

► A História como campo do conhecimento

Passado, História e conhecimento histórico

O passado corresponde ao conjunto de acontecimentos, experiências, relações e processos que ocorreram antes do presente. Ele não pode ser recuperado integralmente, pois grande parte das ações humanas não deixou registros, enquanto muitos vestígios foram destruídos, modificados ou esquecidos. A História, por sua vez, é o campo do conhecimento que investiga esse passado por meio da análise crítica dos vestígios deixados pelas sociedades.

O conhecimento histórico não constitui uma reprodução exata dos acontecimentos. Ele resulta de uma construção intelectual realizada a partir de perguntas, métodos de investigação, seleção de fontes e interpretação das evidências disponíveis. Por essa razão, estudar História não significa apenas memorizar datas, personagens ou fatos isolados, mas compreender relações sociais, conflitos, mudanças, permanências e diferentes formas de organização da vida humana.

Os sujeitos históricos

Durante muito tempo, as narrativas históricas concentraram-se em reis, governantes, militares e grandes acontecimentos políticos. Com a ampliação dos estudos históricos, diferentes grupos passaram a ser reconhecidos como sujeitos históricos, incluindo trabalhadores, mulheres, povos indígenas, populações africanas e afrodescendentes, crianças, comunidades tradicionais e movimentos sociais.

Ser sujeito histórico significa participar da construção da vida coletiva, ainda que essa participação não esteja registrada em documentos oficiais. As ações individuais ocorrem dentro de contextos sociais, econômicos, políticos e culturais, mas os indivíduos e os grupos também podem transformar esses contextos.

► A produção do conhecimento histórico

O trabalho do historiador

O historiador formula problemas relacionados ao passado e procura respondê-los por meio da investigação. Uma pesquisa histórica geralmente começa com uma pergunta, como: quais fatores contribuíram para determinado conflito? Como um grupo social vivia em certa época? Por que determinadas práticas permaneceram enquanto outras foram abandonadas?

Para desenvolver a pesquisa, o historiador localiza fontes, verifica sua origem, identifica seus produtores, analisa sua linguagem e compara diferentes evidências. Esse trabalho exige atenção ao contexto em que cada documento foi produzido, pois nenhum registro é neutro ou completamente transparente.

As etapas fundamentais da investigação histórica podem ser compreendidas da seguinte maneira:

- Definição de um tema e formulação de um problema histórico.
- Levantamento e seleção de fontes relacionadas ao problema.
- Análise da autoria, da finalidade e do contexto de produção das fontes.
- Comparação entre diferentes registros e interpretações.
- Organização dos argumentos e elaboração da narrativa histórica.

Interpretação e diversidade de perspectivas

Um mesmo acontecimento pode ser estudado a partir de diferentes perspectivas. Uma guerra, por exemplo, pode ser investigada por seus aspectos militares, econômicos, políticos, culturais ou cotidianos. Também pode ser observada do ponto de vista dos governantes, dos soldados, da população civil ou dos grupos derrotados.

As interpretações históricas podem mudar quando novas fontes são descobertas, novos métodos são desenvolvidos ou questões antes ignoradas passam a ser consideradas. Isso não significa que qualquer explicação seja válida. Uma interpretação precisa ser coerente, fundamentada em evidências e construída por meio de procedimentos críticos.

Fatos e processos históricos

Os fatos históricos são acontecimentos situados no tempo e no espaço, como a aprovação de uma lei, uma revolta ou a assinatura de um acordo. Entretanto, eles não devem ser analisados de forma isolada. Cada fato está relacionado a processos mais amplos, que podem envolver transformações econômicas, disputas políticas, mudanças culturais ou conflitos sociais.

AMOSTRA

A análise histórica busca estabelecer conexões entre diferentes acontecimentos, sem reduzir processos complexos a uma causa única. As sociedades são formadas por múltiplos interesses e relações, o que exige explicações capazes de considerar a diversidade dos fatores envolvidos.

FONTES HISTÓRICAS E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

► O conceito de fonte histórica

Vestígios das experiências humanas

Fontes históricas são vestígios produzidos ou modificados pelos seres humanos que podem fornecer informações sobre as sociedades do passado. Elas não são apenas documentos escritos e oficiais. Objetos, construções, fotografias, depoimentos, músicas, filmes, mapas, roupas, ferramentas, paisagens transformadas e registros digitais também podem ser utilizados em uma investigação histórica.

Um vestígio não apresenta automaticamente todas as informações que contém. Ele se torna fonte histórica quando é interrogado pelo pesquisador. Uma fotografia, por exemplo, pode ser analisada para investigar vestimentas, relações familiares, formas de trabalho, espaços urbanos, técnicas de registro ou maneiras de representar determinados grupos.

► Tipos de fontes históricas

Diversidade dos registros

A classificação das fontes auxilia a organização da pesquisa, mas uma mesma fonte pode pertencer a mais de uma categoria. Um filme, por exemplo, reúne imagens, sons, linguagem escrita, técnicas artísticas e valores culturais.

Entre os principais tipos de fontes, destacam-se:

- **Fontes escritas:** cartas, leis, jornais, diários, livros, atas, contratos e registros administrativos.
- **Fontes orais:** entrevistas, relatos de vida, depoimentos, lendas, cantos e tradições transmitidas pela fala.
- **Fontes visuais:** pinturas, fotografias, gravuras, cartazes, mapas, desenhos e charges.
- **Fontes materiais:** edifícios, moedas, utensílios, ferramentas, vestimentas, monumentos e objetos arqueológicos.
- **Fontes sonoras e audiovisuais:** músicas, discursos gravados, programas de rádio, filmes e vídeos.
- **Fontes digitais:** mensagens eletrônicas, páginas virtuais, publicações em redes sociais, bancos de dados e arquivos eletrônicos.

Fontes primárias e secundárias

As fontes primárias são produzidas no período ou no contexto diretamente relacionado ao objeto estudado. Uma carta escrita por um soldado durante uma guerra pode ser considerada uma fonte primária para a investigação daquele conflito.

As fontes secundárias são elaboradas posteriormente, com base na análise de outras fontes. Livros didáticos, artigos acadêmicos, documentários históricos e obras de síntese geralmente pertencem a essa categoria. A classificação depende do problema de pesquisa. Um livro de História publicado no passado pode

ser uma fonte secundária para o período que descreve e uma fonte primária para o estudo das ideias históricas da época em que foi publicado.

► A análise crítica das fontes

Autoria, contexto e finalidade

Toda fonte foi produzida em determinadas circunstâncias. Para analisá-la, é necessário identificar quem a produziu, quando, onde, com qual finalidade e para qual público. Um relatório governamental pode apresentar informações diferentes de uma carta pessoal, mesmo que ambos tratem do mesmo acontecimento.

O pesquisador também deve observar a linguagem utilizada, os interesses envolvidos e as informações que foram omitidas. Documentos oficiais podem privilegiar a visão das autoridades, enquanto determinados grupos sociais podem aparecer apenas de forma indireta.

A análise crítica de uma fonte envolve algumas perguntas fundamentais:

- Quem produziu o registro e qual posição social ocupava?
- Em que contexto político, econômico e cultural ele foi elaborado?
- Qual era sua finalidade e a quem se destinava?
- Quais informações são apresentadas, destacadas ou silenciadas?
- Que outras fontes podem confirmar, complementar ou questionar seu conteúdo?

Cruzamento das evidências

Uma única fonte raramente é suficiente para explicar um processo histórico. Por isso, os historiadores cruzam documentos de diferentes origens. O confronto entre registros permite identificar contradições, interesses e perspectivas diversas.

Fontes não são verdadeiras ou falsas apenas por sua natureza. Mesmo um documento que contenha distorções pode revelar valores, medos, objetivos ou estratégias de quem o produziu. O trabalho histórico consiste em compreender tanto as informações explícitas quanto as condições sociais que orientaram sua produção.

MEMÓRIA E PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL

► Memória e experiência social

Memória individual e coletiva

A memória é a capacidade de recordar, selecionar e atribuir significado a experiências passadas. Ela possui uma dimensão individual, relacionada às lembranças pessoais, e uma dimensão coletiva, construída por famílias, comunidades, instituições e grupos sociais.

As lembranças individuais são influenciadas pelo meio social. Datas comemorativas, relatos familiares, cerimônias, monumentos, fotografias e ensinamentos escolares contribuem para determinar o que é lembrado e como determinado acontecimento é interpretado.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

